

Visitando o estudo, um estrangeiro em família – revisão de tese

Visiting the study, a foreigner in family – thesis review

Visitando el estudio, un extranjero en familia – revisión de tesis

Recebido: 12/11/2020 | Revisado: 21/11/2020 | Aceito: 24/11/2020 | Publicado: 29/11/2020

Marcelo Costa Freire de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4505-450X>

Universidade de Fortaleza, Brasil

E-mail: marcelomcfc@hotmail.com

Victória Feitosa Possidônio

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3898-4477>

Universidade de Fortaleza, Brasil

E-mail: victoriafpossidonio@gmail.com

Terezinha Teixeira Joca

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3540-9450>

Universidade de Fortaleza, Brasil

E-mail: terezinhajoca@unifor.br

Resumo

O presente artigo constitui-se como uma revisão do estudo “Um estrangeiro em família: ser surdo como diferença linguística” e tem o objetivo de refletir sobre os resultados de uma tese de doutoramento com o estudo desenvolvido em uma universidade particular. Por meio de uma pesquisa qualitativa, com desenho etnográfico, que ocorreu no período de maio de 2010 a maio de 2012, com dez estudantes surdos universitários. Esses estudantes, sete alunos do sexo masculino e três alunos do sexo feminino, de 18 a 38 anos, faziam uso da língua de sinais como meio de comunicação principal no Campus, provenientes de vários cursos, além da participação de seus familiares ouvintes, na investigação. Fez-se uso da técnica de Grupo Focal e de entrevistas semiabertas, com a formação de dois grupos, um composto por surdos e o outro por seus familiares. Como recurso para análise de dados empregou-se o software *Nvivo*, apontando oito categorias: Comunicação, Oralização Obrigatória, Cultura Surda, Preconceito, Escolarização Inadequada, Família, Perspectiva da Diferença e Perspectiva Médica, que revelam correlações entre si e demonstram divergências de percepções, entre os dois grupos. Deixando claro que os surdos sustentam a perspectiva da condição de ser surdo

como uma diferença, enquanto os familiares apontam como uma deficiência, na perspectiva do modelo médico. A revisão do estudo constatou que os surdos não aceitam a perspectiva da deficiência, enquanto os ouvintes familiares, como a sociedade asseguram-se de que há uma falta e que a condição de ser surdo é uma deficiência.

Palavras-chave: Surdo; Família; Língua de sinais.

Abstract

The present article constitutes as a review of the study “A foreigner in family: be deaf as an linguistic difference” and aims to reflect about the results of a doctoral thesis with the study developed at a private university. Through a qualitative research, with ethnographic design, which took place from May 2010 to May 2012, with ten deaf university students. These students, seven male and three female, between 18 and 38 years old, who used sign language as the main means of communication on Campus, coming from plenty of courses, besides the participation of their family, in the investigation. The Focal Group and semi-open interview were used, composed of two groups, one with deaf people and the other with their hearing family. As a resource for data analysis, the *Nvivo* software was used, pointing out eight categories: Communication, Compulsory Oralization, Deaf Culture, Prejudice, Inappropriate Schooling, Family, Perspective of the Difference and Medical Perspective, which reveal correlations between themselves and demonstrate divergences of perceptions, between both groups. Making it clear that the deaf people support the perspective of being deaf as a difference, while their family members point it as a disability, from the medical model perspective. The study review found that deaf people do not accept the perspective of disability, as their hearing family, as the society, ensure that there is a missing and that the condition of being deaf is a disability.

Keywords: Deaf; Family; Sign language.

Resumen

Este artículo es una revisión del estudio "Un extranjero en una familia: ser sordo como diferencia lingüística" y tiene como objetivo reflexionar sobre los resultados de una tesis doctoral con el estudio desarrollado en una universidad privada. Mediante una investigación cualitativa, con diseño etnográfico, que ocurrió entre mayo de 2010 y mayo de 2012, con diez estudiantes universitarios sordos. Estos alumnos, siete alumnos del sexo masculino y del sexo femenino, de entre 18 y 38 años, que utilizaron la lengua de signos como principal medio de comunicación en el Campus, provenientes de diversos cursos, además de la participación de

sus familiares, en la investigación. Se utilizó la técnica de grupo focal y entrevistas semiabiertas, con la formación de dos grupos, uno compuesto por personas sordas y otro por sus familiares oyentes. Como recurso para el análisis de datos se utilizó el software Nvivo, señalando ocho categorías: Comunicación, Oralización Obligatoria, Cultura Sorda, Prejuicio, Escolarización Inadecuada, Familia, Perspectiva Diferencial y Perspectiva Médica, que revelan correlaciones entre sí y demuestran divergencias de percepciones, entre los dos grupos. Dejando claro que los sordos apoyan la perspectiva de la condición de ser sordo como una diferencia, mientras que los familiares señalan como una discapacidad, desde la perspectiva del modelo médico. La revisión del estudio encontró que las personas sordas no aceptan la perspectiva de la discapacidad, mientras que los oyentes familiares, como la sociedad, aseguran que hay una falla y que la condición de ser sordo es una discapacidad.

Palabras clave: Sordo; Familia; Lengua de signos.

1. Introdução

O presente estudo partiu do interesse, de estudantes do Curso de Medicina, em conhecer o mundo dos surdos, como forma de ampliarem os seus conhecimentos e gerarem uma boa prática no atendimento dessa população, na área da saúde, a partir da constituição de Liga Acadêmica de Libras e Atenção à Saúde da Pessoa Surda (LILAS) do Centro de Ciência da Saúde, aberta a discentes e docentes da área. Dentre as propostas da liga há a inserção no mundo dos surdos, aprendizado da língua, revisão de literatura e desenvolvimento de estudos.

O primeiro desafio dos profissionais da saúde é compreender que, embora haja muito respeito por essa área, os surdos trazem desconforto sobre o olhar biomédico para surdez, o qual indica a perspectiva da falta, enquanto o surdo não se percebe assim. Por conseguinte, para entender o olhar do surdo para si, faz-se necessário reconhecer que,

A condição de ser surdo é compreendida por duas visões distintas: perspectiva médica e socioantropológica. Na primeira, a surdez encontra-se na classificação da deficiência, pois há a prerrogativa da falta e da necessidade de reabilitação da fala. Em contrapartida, a perspectiva socioantropológica percebe a surdez a partir das diferenças de língua e cultura, e, para compreendê-la considera o paradigma social, cultural e antropológico (Joca & Munguba, 2020, p.3).

Em outras palavras, constantemente, deficientes¹ auditivos e surdos são considerados sinônimos pela população geral. Contudo, diante de uma perspectiva histórica e cultural, os surdos não se consideram deficientes, eles utilizam uma língua de sinais (no Brasil, a Língua Brasileira de Sinais - Libras), valorizam sua história, sua arte, sua literatura e têm uma proposta própria de pedagogia para a educação de crianças surdas (Bisol & Valentini, 2011). Assim, os Surdos não se identificam por sua perda de audição, mas como integrantes de uma minoria linguística e cultural, com uma constituição física distinta. Desse modo, identificam-se como Surdos com letra maiúscula, por se aceitarem e até terem orgulho de serem surdos.

A família tem um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo, por ser um dos primeiros ambientes de socialização, onde o sujeito aprende a lidar com conflitos sociais, controlar emoções e expressar suas vontades, frustrações e sentimentos. Nesse contexto, crianças surdas com pais ouvintes, tendem a enfrentar dificuldades para se relacionarem com os membros da família, principalmente se não houver apropriação da língua de sinais (Ribeiro, Barbosa & Martins, 2019). A dificuldade de comunicação costuma ser o maior empecilho no relacionamento entre filhos surdos e pais ouvintes, e pode resultar em problemas emocionais, falta de contato e dificuldades para estabelecer vínculos (Oliveira, 2018).

Diversos aspectos podem influenciar o impacto que a surdez exerce no indivíduo e em sua família, entre eles o momento do diagnóstico, o ambiente positivo, a educação, a rede de apoio e a idade da criança quando recebeu o diagnóstico (Nogueira, 2019). Sobre a influência da família no desenvolvimento do surdo, Negrelli e Marcom (2006, p. 103) afirmam que:

A participação da família na comunicação do surdo, por meio dos sinais, possibilitará a esse indivíduo a interação com o mundo e tornará o convívio mais agradável e feliz. Igualmente essa língua, na educação e nas escolas, vai proporcionar a vivência de uma realidade bilíngue das relações culturais, institucionais e sociais.

O estudo "Um estrangeiro em família: ser surdo como diferença linguística" (Joca, 2015) foi suscitado quando a pesquisadora iniciou contato com surdos e intérpretes em um campus universitário, passando a participar de um contexto com presença de surdos, e tendo contato com suas histórias e desafios. Nesse momento, surgiu a necessidade de estudar a temática familiar e a cultura surda, tendo como pergunta chave: "Qual a influência da família no desenvolvimento da pessoa surda?". Nesse estudo abordou temas como as peculiaridades

¹ Termo não mais aceito, porém, muito utilizado no meio médico, jurídico e entre leigos.

do surdo, a perspectiva da deficiência em relação à surdez, o cenário familiar com a chegada de um membro surdo e a inserção no mundo dos surdos.

Diante disso, o estudo atual trará uma revisão sobre o estudo original, revisitando conceitos e análises importantes acerca do sujeito surdo, com o objetivo de refletir sobre os resultados de uma tese de doutoramento com o estudo desenvolvido em uma universidade particular da cidade de Fortaleza, com os objetivos específicos de provocar discussões acerca do surdo e de sua cultura, além de gerar literatura acerca dessa temática.

2. Metodologia

A partir do que vem sendo exposto, o estudo atual, apresenta como objetivo geral refletir sobre os resultados de uma tese de doutoramento com o estudo desenvolvido em uma universidade particular, e, caracteriza-se como uma revisão de literatura, com foco na releitura do estudo etnográfico: “Um estrangeiro em família: ser surdo como diferença linguística” (Joca, 2015). Para tal iremos, de forma meticulosa, analisar os dados das categorias elencadas nos resultados e dialogar com os teóricos propostos na análise.

O estudo original compreende uma pesquisa qualitativa (Pope & Mays, 2009), com a utilização do método etnografia centrada na pessoa (Wolcott, 1999), com a proposta de aproximação de uma cultura diferenciada e que, até poderia ser considerada como uma “cultura inventada” (Wagner, 2010). Circunstância que proporcionou a pesquisadora entrar em contato com a cultura surda e com o surdo no campus, por ter chamado a sua atenção e causado estranhamento diante daquela língua visual. Seguindo a proposta etnográfica, a pesquisadora fez imersão no mundo dos surdos, por meio de encontros em ambientes diversos e, de forma criteriosa, fez registros em seu diário de campo, além do uso da técnica do grupo focal (Krueger & Casey, 2009), como recurso para obter maior conhecimento sobre o sujeito surdo, a sua cultura e suas relações familiares.

O estudo foi realizado com dez estudantes surdos de cursos diversos da Universidade de Fortaleza. Tendo como critérios de inclusão: ser surdo e fazer uso da língua de sinais, contar com o serviço de intérpretes de Libras, ser registrado no programa de apoio psicopedagógico da universidade e ter entre 18 e 38 anos (em geral, nos anos escolares, o surdo apresenta uma faixa etária maior). Os participantes da pesquisa estavam distribuídos, nos cursos, da seguinte forma: Educação Física (4), Fisioterapia (1), Terapia Ocupacional (1) Ciências da Computação (2), Engenharia Civil (1), Ciências Contábeis (1). A pequena amostra foi possível por caracterizar-se como uma pesquisa qualitativa do tipo etnográfica.

Para haver uma compreensão do mundo surdo e de seus familiares ouvintes, foram criados dois grupos, o primeiro com os estudantes surdos e o segundo com os seus familiares ouvintes. A proposta inicial seria de pais, mas houve a solicitação do grupo para que não houvesse essa redução e considerasse o familiar que morasse na mesma casa.

O uso da técnica de Grupo Focal (Krueger & Casey, 2009) proporcionou uma maior aproximação do surdo, de seu mundo e das famílias com um de seus membros surdo, o que gerou dados sobre a percepção do surdo e de seus familiares em relação ao sujeito surdo, seus valores e as representações sociais sobre os surdos e a cultura surda. Os grupos ocorreram no período de setembro a novembro do ano de 2010. No grupo de familiares, não havia surdo. Então, em respeito as línguas utilizadas por cada grupo, como forma de ser mais fiel à exposição de suas impressões e sentimentos, utilizou-se a língua de sinais no grupo de surdo, com o apoio de dois intérpretes de libras, com gravações em vídeo, por se tratar de língua visual, para posterior transcrição e análise de dados, juntamente com os registros do diário de campo da equipe. Ao passo que, no grupo de familiares (todos ouvintes) os intérpretes entraram como apoio técnico, pois não havia tradução para língua de sinais; os encontros foram gravados em áudios e, posteriormente, transcritos. Com 10 participantes e frequência quinzenal, cada grupo teve cinco encontros com a duração de 100 minutos, perfazendo um somatório de 500 minutos para cada grupo.

O grupo focal, quando aborda assuntos delicados que possa suscitar mal-estar emocional/psicológico, requer um cuidado maior com os participantes. De modo que, em meio acolhedor e seguro, os grupos contavam com o apoio de dois observadores (estagiários do curso de Psicologia), um psicólogo de plantão, um cinegrafista, três intérpretes de Libras, um assistente geral, e a pesquisadora como coordenadora e mediadora. Toda equipe, para uma atuação assertiva e ética, além de ter papéis definidos, obteve um preparo anterior e orientação para que pudesse acolher e apoiar aquele participante que revelasse inquietação com os assuntos expostos e refletidos em grupo. Apesar disso, mesmo contando com o psicólogo de plantão, prevendo a necessidade de escuta psicológica, não houve necessidade desse serviço, durante todo o estudo.

Foram convidados a participarem da pesquisa os treze estudantes surdos da universidade, entretanto, nem todos permaneceram, por questão de horário, ou por não estarem na área de graduação. Os que permaneceram, com apoio do intérprete, receberam explicações preliminares sobre a pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após o aceite dos participantes, houve um encontro para estabelecimento do *rapport*, apresentação da equipe e explanação da técnica. Seguindo as

regras da técnica do grupo focal, cada encontro, enumerado de 1 a 5, estava inserido em uma das duas etapas propostas e trazia o temário (roteiro aberto). A primeira etapa, denominada de *investigativa/exploratória*, constituía-se de dois encontros com os seus temários: 1. O que é ser surdo? e 2. O que é a cultura surda para você? Já a etapa de *Intervenção* contou com quatro encontros: 3. Como a família acompanhou o seu desenvolvimento? 4. Como você pensa que deve ser o acompanhamento da família? e O que o livro/vídeo² (com a temática de surdo e família) fez-lhe pensar, lembrar ou sentir?

Quando surgiram necessidades de complemento de algum ponto, não compreendido, foram realizadas entrevistas semiabertas (Severino, 2016), para esclarecimento ou acréscimo de informações, que foram somadas aos registros da pesquisadora. Em seguida, após todos os registros, fez-se uso do software *Nvivo* (Jackson & Bazeley, 2013), com o intuito de elencar as categorias surgidas a partir dos discursos de familiares e estudantes. Desse modo, foram indicadas oito categorias: comunicação, oralização obrigatória, cultura surda, preconceito, escolarização inadequada, família, perspectiva da diferença e perspectiva médica. Como o *software* gerava ramificações dos discursos e a possibilidade de gráficos, então, para análise dos dados, foi estabelecido um paralelo entre as categorias, que revelavam claramente a posição dos participantes surdos e de seus familiares ouvintes.

No estudo atual, para uma maior compreensão entre esses dois mundos e enriquecimento de nosso entendimento sobre esse sujeito, que também é um paciente da área da saúde, em seu cotidiano, após a leitura minuciosa de toda pesquisa faremos uma discussão sobre as categorias apresentadas, com maior ênfase, nos resultados do estudo original.

3. Resultados e Discussão

Os dados do estudo atual foram coletados, na pesquisa original³, que os gerou por meio das observações participativas, as anotações do diário de campo, os registros dos encontros do grupo focal e das entrevistas semiestruturadas com surdos e seus familiares, durante o percurso do estudo.

Sendo assim, os dados obtidos derivaram-se das questões abertas apresentadas no grupo focal, propostas pelo roteiro das entrevistas semiestruturadas e apresentavam em sua

² Livro infantil escrito e exibição de um vídeo (em Libras) com a narração da história: “Um mistério a resolver: o mundo das bocas mexedeiras” (Oliveira, Carvalho & Bonfim de Oliveira, 2008)

³ A fala dos participantes foram tomadas *ipsis litteris* ao estudo original.

essência: o que é ser surdo, a cultura surda e a relação surdo-família. Inicialmente, as respostas foram agrupadas em dois documentos de Word (ouvintes e surdos) e, posteriormente, cadastrou-se o projeto no software *NVivo*. E, para registro dos dados, foram criadas duas pastas: a pasta “familiares”, com o armazenamento das respostas dos participantes familiares ouvintes e, outra pasta “surdos” com o armazenamento das respostas dos surdos colaboradores

Em seguida, os dados obtidos dos estudantes e de seus familiares foram avaliados, por meio da análise minuciosa de seus discursos, com o escopo de elencar as principais categorias abordadas em ambos os grupos. Após codificar os dados surgiram 8 categorias, sendo elas: comunicação, oralização obrigatória, cultura surda, preconceito, escolarização inadequada, família, perspectiva da diferença e perspectiva médica.

Pode-se notar que, no grupo dos surdos, as duas principais categorias abordadas em seus discursos foram de comunicação e cultura surda e, no grupo dos ouvintes (familiares dos estudantes), foram a perspectiva médica e a família. Sendo assim, iremos discorrer sobre esses principais temas fazendo um paralelo entre as posições de surdos e familiares ouvintes, dividindo-as em dois blocos.

3.1 Comunicação e Cultura Surda

Sendo frequentemente abordada pelos surdos, a *língua* surge como um pilar maior no contexto daquilo que vem a ser denominado por cultura surda, pois é por meio da língua que necessidades básicas, como conviver com seus iguais, são supridas (Joca, 2015).

Essa categoria foi evidenciada de forma mais enfática na história de Daniel, estudante de engenharia, surdo. Em seu discurso ficou claro a valorização que faz à língua e o seu empenho para que haja o uso da língua de sinais nos mais diversos ambientes, pois na sociedade contemporânea ainda há, inúmeras vezes, o entendimento de que a língua de sinais é agráfica, mímica, soletrativa, entre outros (Gesser, 2009), contudo a realidade é completamente antagônica a tais conceitos, a Libras possui aspectos linguísticos e elementos gramaticais próprios, possui semelhanças estruturais com as línguas orais, isto é, evidencia ser uma língua autônoma que detém todas as características linguísticas como qualquer língua humana natural, podendo, assim, tudo ser expresso por meio dela.

Sobre a condição de ser surdo, em defesa do uso da língua de sinais, Daniel assegura que tal condição está relacionada a uma diferença e não a uma deficiência, o que vai contra aquilo que se convencionou a chamar de modelo clínico-terapêutico de surdez, no qual o

sujeito surdo é taxado como deficiente (Skliar, 2010). Vale ressaltar que há muito tempo alguns autores já não compartilhavam desse viés (Bisol & Sperb, 2010), como é o caso de Altshuler (1977, p. 51), no auge da educação repressora ao surdo e ao uso de sua língua, afirmou:

As tarefas que [a criança surda] deve superar no começo não diferem substancialmente das que enfrentam as outras crianças e, se bem que a surdez afeta as experiências da vida, não limita sua inteligência nem sua capacidade de resposta emocional, e de desenvolvimento e maturação normais.

Assim, além de buscar agir no mundo ouvinte com naturalidade e fazer uso de sua língua materna, a postura de Daniel, comprometido com o povo surdo, revelava características de sua identidade surda genuína com a demonstração do orgulho de ser surdo, conceito esse que vem com o objetivo de chocar e remodelar a crença que muitos ouvintes têm que surdos são coitados, e, outro objetivo desse movimento é servir como um ato de afirmação pessoal e autoestima para a população surda (McCleary, 2003). A luta do surdo objetiva a conquista da equanimidade no trato do surdo, por parte da sociedade, no meio educacional, saúde, laboral e de lazer.

Outro tópico bastante abordado pelos surdos foi da *oralização obrigatória*. De forma que os surdos, com maior defesa de sua condição e do uso de sua língua, aqueles com identidade surda genuína, reclamavam com afinco dessa prática imposta pelos pais, enquanto os surdos que se encontravam na identidade surda de transição, aqueles que estavam presos a cultura ouvinte e passaram para comunidade surda, alegavam que a oralização era relevante em suas vidas, ainda que os exercícios fossem forçosos e constrangedores. Outros colaboradores surdos diziam-se ser bilíngue, entretanto não revelavam uma boa compreensão durante a conversação e deixavam claro que a sua aprendizagem acontecia de forma mais assertiva quando havia o uso da língua de sinais. Diante do exposto, percebe-se que tanto os pais como os filhos reconheciam a língua de sinais como o meio de comunicação natural dos surdos, no entanto, os dois grupos de ouvintes e de surdos seguiam com o estímulo ao exercício da fala e aceitavam que o contato com a língua de sinal deveria ser posterior a oralização, por acreditarem que a oralização daria acesso ao mundo dos ouvintes. Desse modo, esse posicionamento de que a oralização deveria vir antes do domínio da língua de sinais, estava presente no discurso de surdos e ouvintes, com exceção do participante Daniel, que revelava identidade política surda, defendida por Perlin (2010) como aquele surdo que constitui a sua identidade centrada no ser surdo.

Contudo, apesar de alguns participantes concordarem com a oralização, a grande maioria dos surdos, que participaram do estudo, sentia bastante incômodo com a obrigatoriedade de tal prática em seu meio social, como pode ser percebido no comentário de um dos surdos, sobre seu tratamento fonoaudiológico: “Tudo aquilo era muito chato, repetir, repetir e repetir além daquele aparelho que só fazia barulho, joguei fora”, além da escusa ao tratamento com fonoterapia e uso de aparelho, surgia outro problema que impedia a sua comunicação, com o atraso no contato com sua língua materna, a Libras. A insatisfação com o tratamento revela muitas outras histórias de evitar o uso do aparelho, por meio de perdas, ocultação e até livrar-se do aparelho colocando no vaso sanitário a fim de evitar os procedimentos que visavam a oralização. Em contrapartida, no grupo de ouvintes, os familiares defendiam a oralização, os exercícios de fonoaudiologia e o uso do aparelho como relevantes para o desenvolvimento do surdo, como assegura uma das mães: “Ela foi estimulada, usava aparelho e fazia todo aquele trabalho. É tanto que ela tem assim uma leitura labial perfeita”. Não diferente dos surdos brasileiros, a atriz surda, francesa, ao se referir ao impedimento do uso de sua língua materna, revela que “na escola era como se dissessem: É preciso que a sua surdez não seja vista, é preciso que você escute com o seu aparelho, que fale como quem escuta. A língua de sinais não é correta. É uma língua inferior” (Laborit, 1994, p. 89).

Torna-se bastante evidente a necessidade que os familiares apresentam de fazerem o surdo falar e Strobel (2008, p.23) esclarece: “segundo o discurso ouvintista, o sujeito surdo para estar bem integrado à sociedade, deveria se adaptar à cultura ouvinte, porque somente assim poderia viver normalmente. Se não conseguir, é considerado desviante”. Em vista disso, os pais retardam o contato de seus filhos com outros surdos. Ratificando o que foi dito, outro surdo diz: “Minha mãe tirou-me da escola de surdos e eu fui conviver só com ouvintes, ninguém sabia Libras e lá em casa a comunicação sempre foi por meio da oralização”. Muitos são os surdos que só conhecem outros surdos na adolescência e, logo, ocorre boa convivência por se acharem à vontade com a comunicação (Strobel, 2008), haja vista que todos os participantes do estudo asseguraram que o contato com a língua de sinais só ocorreu na adolescência e, que até então, não revelavam ciência sobre a sua condição de ser surdo, embora se percebessem diferentes dos demais, além de sofrerem a rejeição e gozação dos colegas sem saberem o porquê.

Sobre esses sentimentos, que os familiares não percebiam e não conheciam a proporção do estranhamento, podem ser observados na fala do estudante de Educação Física Carlos quando afirma: “O surdo percebe-se surdo quando começa a conviver com outros

surdos... só depois disso, eles vão se perceber diferentes”. E na colocação de Marisa, quando se descobriu como surda: “Eu vivia alheia a condição surda. A partir do convívio com outros surdos na minha igreja foi que eu comecei a me perceber como surda”. Daniel complementa: “Demorei muito para compreender o que realmente eu era. Algumas pessoas falavam de deficiência, mas eu não me percebia como deficiente, até que descobri que sou surdo”. Diante do exposto, percebe-se a importância de o surdo conviver com outros surdos, pois “é a partir do contato com o outro surdo, que se passa a construir a sua própria identidade” (Joca 2015, p. 160)

Desse modo, a aceitação da língua de sinais como primeira língua para o surdo traz benefícios a sua vida, tendo em vista que a rejeição desta pode levar a problemas emocionais, como insegurança, nervosismo e autorrejeição devido a um sentimento de inadequação (Dorziat, 2011). O que se demorou muito a ser percebido pela família. Apenas, a partir dos meados da última década que os familiares ouvintes juntamente com a sociedade, de forma mais ampla, passaram a perceber a importância da língua de sinais como primeira forma de expressão do sujeito surdo.

3.2 Perspectiva médica e família

O viés da perspectiva médica carrega em si o peso de classificar o surdo como um deficiente, o que acaba fomentando o surgimento de duas vertentes, a dos surdos do estudo, os quais não se viam como alguém *portador⁴ de uma deficiência*, e os pais destes indivíduos que os classificavam como tais. Um grande problema que surge nesse sentido é que o termo deficiente possui uma bagagem negativa atrelado a si, como afirmaram Batista & França (2007, p. 118) “a ideia de deficiência instituída no imaginário social gera instantaneamente a imagem de incapacidade, de dependência, de sofrimento, de trabalho, de culpa e de dor”

Partindo do pressuposto que os familiares tratam o surdo como alguém diferente, alguém que carrega uma falta, algo não funciona bem, precisa de intervenção por meio de implantes, cirurgias, e tratamento exaustivos para conseguir a emissão de voz e som compreensível, conseqüentemente os pais utilizam de todos os métodos possíveis que possam diminuir a surdez e comunicar com o indivíduo por meio da língua oral (Rodrigues & Pires, 2002)

⁴ Termo não mais aceito.

No estudo original a forma discordante de perceberem o surdo, entre o grupo de familiares ouvintes e o grupo de estudantes surdos, tornou-se evidente. No discurso de uma das mães a percepção da condição de ser surdo como uma deficiência mostrou-se claramente: “Sem nenhuma dúvida ele [filho surdo] é um deficiente, não está totalmente completo”. Ao que pode ser rebatido com o discurso veemente de Daniel: “Vocês acham que surdez é deficiência? Eu acho que não. Acho que o surdo é normal [mostra seu corpo]. Se eu oralizo ou não... acho que não é isso que vai me classificar como deficiente”. Em outro momento, mais um aluno complementa: “Eu vejo que na área da saúde tem muito o foco na deficiência em si e não na surdez enquanto condições de vida mesmo”. Os surdos sentem-se desconfortáveis e feridos com a perspectiva da deficiência e outra participante acrescenta: “Eu me sentia normal e por que eu tinha que ser chamada de deficiente? Então, existia um termo diferente... deficiência auditiva era uma coisa e o surdo era outra para mim. Eu me defino mais como surda e não como deficiente auditiva”.

A resposta ao questionamento se o surdo é ou não deficiente, parte do tipo de análise que está sendo feita, revela que, pelo viés médico, sim, qualquer tipo de perda auditiva é classificada como deficiência, contudo esta perspectiva orgânica não é a única que existe, pois há pessoas que se denominam surdas, não se consideram deficientes, utilizam da língua de sinais para se comunicar e valorizam a sua cultura, e há quem se denomine deficiente auditivo e fica evidente que tais indivíduos não possuem vínculo com a comunidade surda e se enxergam pertencentes ao mundo dos ouvintes (Bisol & Valentini, 2011).

Já o laço familiar tem um importante reconhecimento no processo de desenvolvimento do surdo, tendo sido bastante abordado pelos familiares dos participantes, com maior ênfase nas mães, ao que comenta uma mãe: “Eu acho que a família é uma base... se ela tiver um filho surdo, ou qualquer outra deficiência, se der assistência, lógico que tudo isso vai melhorar e facilitar muito a vida do surdo” e complementa: “Então é isso... a família é só tudo”. No discurso dos surdos a importância da família como amparo e proteção, também, surgiu. Como pode ser visto no relato de uma estudante surda: “Os pais ajudavam para que eu pudesse acompanhar a escola e procuraram me ajudar para atingir as metas de conseguir chegar à faculdade”. A família acaba sendo o principal meio de desenvolvimento humano no indivíduo, sendo onde ocorrem as primeiras interações sociais (Petrucci, 2016), além disso, Quadros (2009, p. 108) afirma que: “A criança precisa ter a oportunidade de conceber sua própria teoria de mundo através de suas experiências diárias e do diálogo com as pessoas que a rodeiam”

Sendo os familiares adeptos a perspectiva médica o tratamento que pregava a oralização era visto como algo essencial e, muitas vezes, deixava os pais sem saberem como agir, como relata Daniel: “Quando minha mãe percebeu que eu era surdo, ficou muito preocupada sem saber o que fazer e começou uma peregrinação pela área médica”. Acresce que, a proteção familiar era percebida pelos ouvintes como uma forma de defender seu filho, sua filha, das ameaças do mundo e isso se estendia ao tentarem resolver seus problemas e, até, a realizarem as tarefas escolares, como um pai revela: “Meu filho traz os trabalhos e eu não entendo e fica difícil para eu fazer com ele”. Fato que soava como uma coisa boa para os surdos mais dependentes, à medida que os surdos ávidos por autonomia não concordavam e defendiam que à proteção familiar cabia os cuidados e apoio dos pais, sem a resolução das tarefas e sem privar a liberdade e desconsiderar as responsabilidades com os estudos. Como assegura um dos participantes: “Os pais têm um papel importante na orientação e no incentivo ao filho para estudar e evoluir”. Ao que Daniel evidencia a condução de sua educação: “Minha mãe sempre me incentivou e me levava a nunca parar. Sou grato a minha família por ter me colocado neste caminho”. Joca e Munguba (2020, p. 14) asseguram: “É na família que ocorrem as primeiras relações sociais e é a partir de como se desenvolvem as relações no sistema familiar que o sujeito atua na sociedade e desenvolve ou não a sua autonomia.

No âmbito familiar, a autonomia surge como outra medida bastante questionável no que tange a liberdade de ir e vir do surdo. O que pode ser percebido no discurso contraditório de uma das mães participantes, ao expressar que ao colocar o filho para trabalhar estava desenvolvendo a sua autonomia, mas, logo a seguir dizia: “Não vou deixar meu filho sair só, porque é muito perigoso”. E outra mãe dizia: “Fico preocupada quando ele sai com os amigos porque ficam gesticulando e a polícia pode pensar que é briga”. Tais medidas geram apreensão e restrição ao surdo, a capacidade de tomar as próprias decisões fora do convívio familiar fica muito restritiva, como foi exemplificado pelo comentário de um dos estudantes: “A limitação da família cria obstáculos... a família que protege muito, não estimula a estudar e não deixa sair para encontrar os amigos, dificulta o desenvolvimento do surdo”. Tais obstáculos reprime a possibilidade de o surdo encontrar os seus pares como todo jovem almeja. Embora, a proteção da família seja algo desejável, a proteção demasiada reduz o alcance de responsabilidade e autonomia no sujeito surdo.

Como foi percebido, há um abismo entre as visões de surdos e familiares ouvintes em relação a condição de ser surdo, a língua e a cultura surda. A partir da revisão teórica e da discussão dos resultados, em relação as limitações que surgiram, neste estudo, percebem-se que houve a replicação da identificação realizada pelo estudo original no que diz respeito a

escassez de literatura abordando a temática do surdo, sua família e sua cultura. Além de não ser identificado a compreensão dos profissionais da área da saúde mediante o acolhimento e entendimento do sujeito surdo e à sua perspectiva sobre a surdez.

4. Considerações Finais

Uma nova criança chegando ao leito familiar já carrega consigo expectativas que foram geradas por seus familiares, e no contexto do sujeito surdo surge então uma mudança no cenário que compõe a família, pois tais expectativas são um reflexo das condições de valia impostas pelo ambiente social. Sendo a criança um ser que urge da necessidade de ser amada, ela se adapta aos moldes que o ambiente e seus pais impõem com o escopo de receber considerações positivas, logo seu comportamento torna-se guiado com base em tais experiências, o que pode não ser saudável para o seu desenvolvimento. Conseqüentemente, com o tempo a criança passa a discernir quais dos seus sentimentos é valorizado ou não e se suas atividades estão sendo devidamente aprovadas.

No que tange ao sujeito surdo, foi percebido que o apreço de seus familiares e da sociedade fica condicionado a sua oralização. Pode-se aferir que tal medida, muitas vezes, não visa o mal-estar do surdo, pois a perspectiva que o surdo fale na sociedade já existe há séculos, tendo como argumento preocupações com o futuro e com o sucesso desse indivíduo. Contudo, foi percebido de forma enfática a visão digressiva entre a condição de ser surdo para os familiares como uma deficiência e para os surdos como uma diferença linguística. Como também, destacou-se que, na necessidade de ser amada a criança aceita o pedido da oralização, mesmo que esteja diante de um processo complexo, enfadonho e que possa ser falho, como pode ser expresso pelo colaborador Hugo que buscou adequar-se ao mundo ouvinte de todas as formas, gerando, por fim, sérios bloqueios ao seu desenvolvimento. Diante disso, os surdos acabam tendo uma percepção distorcida de si mesmo, podendo desenvolver medo de mudanças, até assumirem a condição surda e entenderem que existe a opção de uma comunicação mais natural, pela língua de sinais, ou negarem completamente a surdez.

Com isso, a importância da criação de um ambiente favorável a autoaceitação durante o crescimento do surdo, em que eles sejam amados e aceitos sem a imposição de condições pela família, beneficiando o seu desenvolvimento torna-os mais socializados, seguros e autodirigidos. Assim como foi identificado na família do aluno Daniel, quando seu pai comenta: "Deficiente, ele nunca foi. Aceitamos como uma pessoa normal". A influência

familiar na constituição do sujeito surdo é mencionada também em falas dos membros dos grupos de pais e de surdos durante a pesquisa, tanto como fator inibidor, quanto potencializador no desenvolvimento do surdo, como na fala de Daniel: "A credibilidade de meus pais fez-me crescer e acreditar em mim".

A família, como uma instituição capaz de mudanças, pode sair da zona de conforto, e ao entrar em contato com a literatura e o mundo dos surdos, os quais se colocam como diferentes e não como deficientes, pode vir a mudar a perspectiva passada pela cultura ouvinte, a qual impõe a oralização e o esforço em direção a cura. Afinal, o surdo busca a aceitação genuína da forma como ele é, sem imposição da língua oral, almejando o respeito à sua diferença.

Durante o estudo original, foi percebido o reconhecimento do povo surdo, com língua e cultura própria, costumes, tradições, mas que a sociedade, muitas vezes, insistia em julgar pela perspectiva médica, no ângulo da deficiência. Além disso, vale salientar que existem várias culturas surdas, cada cultura depende de onde o surdo está inserido. Nota-se, ainda, que a força coletiva do surdo tem feito com que a perspectiva da deficiência perca cada vez mais espaço, nas últimas décadas.

O estudo original buscou abrir espaço para futuros estudos, considerando que a influência na constituição do indivíduo é algo que não é exclusivo da família, mas também se estende às instituições de ensino.

Em suma, pode-se aferir que além das questões previamente abordadas entre a interação da família com o sujeito surdo e a luta que a comunidade surda ainda enfrenta, constituem a necessidade vigente de inclusão, isto é, respeitar o outro em sua diferença, não vê-lo como alguém incapaz, e, sobretudo, não submetê-lo a uma cultura que não representa a sua realidade.

Desse modo, o ouvinte que aprende a ouvir o que este povo tem a dizer, não aprende a ouvir o silêncio, mas aprende a ouvir com os olhos. Com isso, percebemos que nós da saúde temos muito a aprender para não só auscultar, mas para escutar o que essa comunidade tem a revelar e saber atendê-la da melhor forma, para além da perspectiva médica, para que possamos percorrer o mundo visual, mesmo sendo ouvinte, e desenvolver um olhar criterioso e acolhedor, para aquele que defende a sua diferença linguística e se sente estrangeiro em sua própria terra.

Por fim, sugerimos o desenvolvimento de pesquisa que relacione essa parcela populacional surda com as políticas de saúde e os serviços de atendimentos de forma inclusiva, com a intenção de contribuir com uma sociedade mais igualitária.

Referências

- Altshuler, K. Z. (1977). Evolución social y psicológica del niño sordo: Problemas y tratamiento. In P. J. Fine (Org.), *La sordera en la primeira y segunda infancia*, 51-68. Buenos Aires: Médica Panamericana.
- Batista, S. M., & França, R. M. de. (2007). Família de pessoas com deficiência: desafios e superação. *Revista de divulgação técnico-científica do ICPG*, 3(10), 117-121.
- Bisol, C., & Sperb, T. M. (2010). Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 07-13.
- Bisol, C. A., & Valentini, C. B. (2011). Surdez e deficiência auditiva-qual a diferença. *Objeto de Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS*. Recuperado de < <http://grupoelri.com.br/Incluir/downloads>>. Acesso em: 23 de out. 2020
- Dorziat, A. (2011). *Estudos surdos: diferentes olhares*. Mediação.
- Gesser, A. (2009). *Libras? que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola.
- Jackson, K., & Bazeley, P. *Qualitative data analysis with NVIVO* (2a. ed.) London: Sage, 2013.
- Joca, T. T. (2015). *Um estrangeiro em família: ser surdo como uma diferença linguística* (Tese de Doutorado). Departamento de Psicologia, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal. Recuperado de repositorio.ual.pt.
- Joca, T. T., & Munguba, M. C. (2020). Processos de resiliência de uma pessoa surda a partir das relações familiares estabelecidas. *Research, Society and Development*, 9(9), e315997273. doi 10.33448/rsd-v9i9.7273
- Krueger, R. A., & Casey, M. A. (2009). *Focus groups: a practical guide for applied research* (4a ed.). Los Angeles: SAGE.

Laborit, E. (1994). *O voo da gaivota*. (L. Oliveira, Trad.). São Paulo: Best Seller – Círculo do Livro.

McCleary, L. (2003). O orgulho de ser surdo. In Encontro paulista entre intérpretes e surdos, 1, (17 de maio) 2003, São Paulo: FENEIS-SP [Local: Faculdade Sant'Anna].

Negrelli, M. E. D., & Marcon, S. S. (2006). Família e Criança Surda. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde*, 5(1), 98-107. Recuperado de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ciencucuidadsaude/article/view/5146>.

Nogueira, M. M. R. G. (2020). *O impacto da surdez nas famílias: envolvimento parenteral*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Ciência Política e do Comportamento. Universidade Fernando Pessoa. Porto, Portugal. Recuperado de <https://bdigital.ufp.pt>

Oliveira, H. P. S. F. (2018). Pais ouvintes de filhos surdos: perspectivas entre dois mundos. *Revista Virtual de Cultura Surda*, 24, 1-15. Recuperado de editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder.

Perlin, G. T. T. (2010). Identidades surdas. In C. B. Skliar. *A surdez: um olhar sobre as diferenças* (4a ed.), 51-73. Porto Alegre: Mediação.

Petrucci, G. W., Borsa, J. C., & Koller, S. H. (2016). A Família e a escola no desenvolvimento socioemocional na infância. *Temas em Psicologia*, 24(2), 391-402.

Pope, C., & Mays, N. (2009). *Pesquisa qualitativa na atenção à saúde* (3a ed.). Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.

Quadros, R. M. de. (2009) *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Artmed Editora.

Ribeiro, V., Barbosa, R., & Martins, S. (2019). Pais ouvintes e filhos surdos: o lugar das famílias em propostas educacionais bilíngues. *Educação (UFSM)*, 44, e55/ 1-27. doi:<https://doi.org/10.5902/1984644435150>

Rodrigues, A. F., & Pires, A. (2002). Surdez infantil e comportamento parental. *Análise Psicológica*, 20(3), 389-400.

Severino, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico*. (24a ed.). São Paulo: Cortez.

Silva, K. A., & Severo, J. (2014) Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. 14(4), 1197-1202.

Skliar, C. (2010). Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In C. B. Skliar (Org.), *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. (4a ed.), 07-32. Porto Alegre: Mediação.

Strobel, Karin. (2008). *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC,

Wagner, R. (2010). *A invenção da cultura*. (M. C. de Souza, Trad). Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify,

Wolcott, H. F. (1999). *Ethnography: a way of seeing*. Walnut Creek: AltaMira.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Marcelo Costa Freire de Carvalho – 33.33%

Victória Feitosa Possidônio – 33.33%

Terezinha Teixeira Joca – 33.33%